



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

CAMPUS URUÇUÍ

CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

LAYLLA BARBOSA COELHO

**AS DIFICULDADES DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NA INCLUSÃO DE
ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

URUÇUÍ – PI

2024

LAYLLA BARBOSA COELHO

**AS DIFICULDADES DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NA INCLUSÃO DE
ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, *Campus Uruçuí*.

Orientador (a): Dr. Bruno Ribeiro de Mesquita

URUÇUÍ – PI

2024

AS DIFICULDADES DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Laylla Barbosa Coelho*

Bruno Ribeiro de Mesquita**

RESUMO

Este trabalho aborda as dificuldades enfrentadas por professores de matemática no processo de inclusão de alunos com deficiência em salas de aula regulares. A inclusão escolar é um direito fundamental que demanda práticas pedagógicas adaptadas e um preparo adequado dos educadores para atender às necessidades individuais dos estudantes. No entanto, muitos professores encontram barreiras significativas, como a falta de formação específica, recursos pedagógicos insuficientes e a ausência de suporte institucional adequado. Esses desafios impactam diretamente a qualidade do ensino e a efetivação da inclusão no contexto educacional. Os desafios mais comuns enfrentados pelos professores na inclusão de alunos com deficiência envolvem a carência de formação específica para lidar com as diferenças, a prevalência de uma abordagem clínica, dificuldades na estrutura organizacional da escola e a falta de redes de apoio. Nesse cenário, destaca-se a importância de aprimorar as habilidades sociais dos professores no contexto educacional e o apoio da família e sua presença no âmbito escolar, pois capacitá-los nesse aspecto pode ser uma estratégia eficaz para promover a inclusão de alunos com deficiência de forma significativa.

Palavras-chave: Educação inclusiva, desafios, matemática, professor.

*Graduanda em Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, *Campus* Uruçuí. E-mail: coelholaylla2@gmail.com

** Doutor em Física, Orientador do curso de Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, *Campus* Uruçuí. E-mail: bruno.mesquita@ifpi.edu.br

ABSTRACT

This paper addresses the difficulties faced by mathematics teachers in the process of including students with disabilities in regular classrooms. School inclusion is a fundamental right that demands adapted pedagogical practices and adequate preparation of educators to meet the individual needs of students. However, many teachers face significant barriers, such as lack of specific training, insufficient pedagogical resources, and the absence of adequate institutional support. These challenges directly impact the quality of teaching and the effectiveness of inclusion in the educational context. The most common challenges faced by teachers in the inclusion of students with disabilities involve the lack of specific training to deal with differences, the prevalence of a clinical approach, difficulties in the organizational structure of the school, and the lack of support networks. In this scenario, the importance of improving teachers' social skills in the educational context and family support and their presence in the school environment is highlighted, since training them in this aspect can be an effective strategy to promote the inclusion of students with disabilities in a meaningful way.

Keywords: Inclusive education, challenges, mathematics, teacher.

Data de aprovação: 24/01/2025

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país em que várias políticas públicas proporcionam melhorias a sociedade, tais como os programas sociais que ajudam na inclusão e reparo das violações dos direitos humanos, mas infelizmente o preconceito e as diferenças sociais afetam diretamente o cenário social, cultural, político e econômico (BRASIL, 2013). Para mudar essa realidade sobre os direitos humanos, precisa da educação e da dignidade humana para melhoria no processo de inclusão de pessoas deficientes (BRASIL, 2013)

Conforme Bueno (2011, p. 47), foi a partir da década de 1950 que a Educação Especial passou pelo maior processo de ampliação, passando a abranger “distúrbios, desajustes e inaptações de diversas ordens, o que iria culminar, na década de 1970, na instalação de um verdadeiro subsistema educacional, com a proliferação de instituições públicas e privadas de atendimento ao excepcional e na criação de órgãos normativos federal e estaduais”.

A inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular requer professores preparados para lidar com a diversidade, pois eles precisam compreender as diferenças e reconhecer as potencialidades de cada estudante envolvido no processo de ensino-aprendizagem. Quando os professores não possuem esta formação então surge o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, a falsa inclusão, no qual apenas o aluno com deficiência é inserido na escola regular, porém sem condições de aprendizagem e muito menos de inclusão (PIMENTEL, 2012).

Atualmente, o desafio que os professores têm em relação ao processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais é um grande desafio, pois cabe a eles construir novas propostas de ensino, atuar com um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Contudo, cabe aos docentes procurar novas habilidades que permitam compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam ao longo do processo de ensino, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais (OLIVEIRA e ARAUJO, 2018).

De acordo com D'Ambrósio (1998) para aqueles que ensinam matemática, uma formação insuficiente é um sério problema que a educação em geral tem que conviver. Segundo o autor, a falta de preparação e/ou qualificação para compreender, conhecer e adaptar os conteúdos que foram aprendidos na formação inicial é uma necessidade urgente das licenciaturas. Para os professores que ensinam matemática a alunos com NEE, as exigências e frustrações são inevitáveis, necessitando uma formação adequada e continuada dos mesmos.

De acordo com Rodrigues (2006), com a distância entre os discursos legais e as práticas docentes no que tange à inclusão, os professores são levados a construir ideias muitas vezes inadequadas acerca do papel da educação inclusiva. Dentre as várias contribuições do autor, há que se pensar na emergência de discussões que visem desconstruir essas ideias, não simplesmente negando-as, mas colocando-as no debate.

Este estudo consiste em analisar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, as dificuldades enfrentadas pelos professores de Matemática no processo de inclusão de alunos com deficiência, buscando identificar fatores que impactam as práticas pedagógicas inclusivas. A seleção do tema foi realizada considerando-se fundamenta na importância de discutir os desafios que envolvem a implementação de práticas

inclusivas no ambiente escolar. A inclusão é um direito garantido por lei, mas sua aplicação prática ainda enfrenta limitações, especialmente em disciplinas como a Matemática que exigem abordagens pedagógicas específicas e adaptadas.

Dessa forma, explorar esse tema é essencial para compreender as dificuldades enfrentadas pelos educadores e para propor estratégias que promovam uma educação mais acessível e igualitária. Com a finalidade de atingir esse objetivo, este trabalho teve -se os seguintes objetivos específicos: identificar as barreiras pedagógicas e institucionais que dificultam a implementação de práticas inclusivas no ensino de Matemática; investigar a relevância da interação entre professores de Matemática e demais profissionais da educação, como assistentes especializados, na promoção da inclusão de alunos com deficiência; avaliar o impacto da falta de recursos didáticos e tecnológicos na implementação de práticas pedagógicas inclusivas no ensino de Matemática e investigar a percepção dos professores de Matemática sobre a formação recebida para lidar com alunos com deficiência.

3 JUSTIFICATIVA

Ao analisar as questões educacionais da sociedade atual, um dos focos de discussão diz respeito às muitas dificuldades que a pessoa com necessidades educacionais especiais enfrenta na organização de uma sociedade orientada por padrões. Percebe-se que a falta de condições para adequar a estrutura social à diversidade humana vitimiza a pessoa com deficiência. Faz-se necessário assim, repensar a organização social, educacional e das políticas públicas para a promoção da educação das pessoas com necessidades especiais na intenção de atender a toda complexidade da diversidade humana.

O surgimento de uma nova abordagem educacional é fundamental para que a escola seja capaz de aceitar a responsabilidade educacional visando o progresso de todos os alunos, pelo qual a adoção de um programa inclusivo pressupõe. Necessariamente, uma abordagem que substitua o modelo tradicional consubstanciado num currículo padronizado, na avaliação quantitativa do aluno –

prescrição – e ensino especializado para uma abordagem focalizada no individual e na relação deste com o social, assim como a avaliação das condições únicas do ensino e da aprendizagem dos educandos. Sendo assim, essa pesquisa busca evidenciar a necessidade de formação docente específica e de suporte institucional, promovendo reflexões que possam influenciar políticas educacionais voltadas à inclusão.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em um levantamento bibliográfico. A pesquisa bibliográfica consiste na análise de materiais acadêmicos, como artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos legais, relacionados à temática das dificuldades pedagógicas, formação docente, políticas públicas e recursos adaptados. A análise dessas categorias permitiu refletir sobre os principais obstáculos encontrados no contexto escolar e propor alternativas que auxiliem na superação desses desafios.

Garcia (2016) relata que, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Diante disso, pode-se dizer que a pesquisa bibliográfica é baseada em livros e outros escritos. Sendo assim, a delimitação do tema foi realizada por meio do material bibliográfico investigado de autores na área da educação especial e da inclusão escolar, cujos temas convergem para o objetivo do estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Inclusão Escolar

A deficiência física diz respeito ao comprometimento do aparelho locomotor, o qual abrange o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso. As patologias ou lesões que acometem um desses sistemas, de forma isolada ou em conjunto, podem originar quadros de comprometimentos motores de grau e gravidades variáveis, conforme os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão (Pereira, 2009).

No Decreto nº 5.296/04 (Brasil, 2004), que versa sobre os critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, encontra-se a seguinte definição de deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções (Brasil, 2004).

Na deficiência física encontramos uma diversidade de condições motoras que requerem um estudo acerca das necessidades educacionais de cada pessoa. Para que o aluno com deficiência física possa ter acesso ao conhecimento escolar e interagir no ambiente educacional, se faz necessário viabilizar condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança (Brasil, 2007).

Para promover condições de acesso curricular ao aluno com deficiência física, deve-se utilizar de recursos que têm como finalidade facilitar o desempenho desses alunos na realização das atividades escolares. Tais recursos são denominados Tecnologia Assistiva.

Segundo Pereira (2009, p. 12), a Tecnologia Assistiva pode ser conceituada como “o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão”.

De acordo com o Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Física (2007), os professores responsáveis por esse atendimento têm como atribuição selecionar recursos para proporcionar aos alunos com deficiência física o acesso ao conhecimento e ao ambiente escolar. No documento acima mencionado, encontram-se ainda as seguintes sugestões de Tecnologia Assistiva direcionadas à vida escolar do aluno com deficiência física:

Uso de comunicação aumentativa e alternativa para atender as necessidades dos educandos com dificuldades de fala e escrita; Adequação de materiais didático-pedagógicos às necessidades dos educandos, tais como engrossadores de lápis, quadro magnético com letras com ímã fixado e tesouras adaptadas, entre outros; Desenvolvimento de projetos em parceria

com profissionais da arquitetura, engenharia e técnicos em edificação para promover acessibilidade arquitetônica [...]; Adequação de recursos da informática: teclado, mouse, ponteira de cabeça, programas especiais e acionadores, entre outros; Uso de mobiliário adequado: os professores especializados devem solicitar à respectiva secretaria de educação adequações de mobiliário, conforme especificações de especialistas na área: mesas, cadeiras e quadro, entre outros, bem como os recursos de auxílio à mobilidade: cadeiras de roda e andadores, entre outros (Brasil, 2007, p. 28).

Atualmente, a discussão sobre inclusão e acessibilidade em estabelecimento de ensino vem ganhando um grande espaço e tem sido de fundamental importância na implementação de políticas que possam transformar a realidade atual que estudantes com alguma deficiência encontram ao ingressar nas escolas e em universidades (AMARAL, 2019).

Para que um indivíduo compreenda o meio em que ele está inserido, ele deverá aprender os aspectos sociais vigentes nessa sociedade. Esse processo é chamado de socialização e junto ao processo de socialização, há o processo de inclusão social deste indivíduo recém-chegado ao meio social, que é formado por um conjunto de ações que visam garantir a participação igualitária de todos os membros da sociedade, integrando-os independentemente dos aspectos a eles inerentes (AMARAL, 2019, p.4).

Diante disso, podemos afirmar que existem diversos marcos legais que garantem a pessoa com deficiência a acessibilidade e inclusão em suas múltiplas possibilidades e aspectos, principalmente na educação. De acordo com Conceição e Pereira (2018), o termo inclusão refere-se ao acolhimento de todas as pessoas independentemente de cor, raça, religião, classe social, condições físicas e psicológicas. A inclusão no âmbito escolar envolve o acolhimento no sistema de ensino a todas as pessoas. Isso não é algo recente, mas vêm sendo desenvolvido e percebido como uma necessidade desde o século passado, com vistas à garantia do direito de todos, independentemente das diferenças e livre de preconceito.

Atualmente, a escola vem se enchendo de formalismo exagerado da racionalidade e se dividiu em modalidades de ensino, grades curriculares, tipos de serviço e burocracia. Contudo, as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais diligente (MANTOAN, 2003). Ela também cita na sua biografia que:

Um novo paradigma do conhecimento está surgindo das interfaces e das novas conexões que se formam entre saberes outrora isolados e partidos e dos encontros da subjetividade humana com o cotidiano, o social, o cultural. Redes cada vez mais complexas de relações, geradas pela velocidade das comunicações e informações, estão rompendo as fronteiras das disciplinas e

estabelecendo novos marcos de compreensão entre as pessoas e do mundo em que vivemos (MANTOAN, 2003, p.11).

Diante desses acontecimentos, o fato é que o ambiente escolar não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor e infelizmente o ensino das nossas escolas geralmente separa os conhecimentos, ao invés de reconhecer as suas inter-relações, na qual a escola acaba permitindo a divisão dos alunos em normais e deficientes, divide as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas naquela área (MANTOAN, 2003).

Apesar dessas diferenças, a escola é um lugar de vários ensinamentos que pode contribuir positivamente na vida do ser humano, a escola que é a grande responsável por atender qualquer tipo de diversidade, na qual ela proporciona o que se espera em relação à educação de qualidade para todos. Entretanto, atualmente a escola se depara com um grande desafio que é a inclusão de alunos deficientes (ZANATA e TREVISO, 2016).

No Brasil começou a se falar em educação inclusa e educação em especial a partir da década de 1950. De acordo com Zanata e Treviso (2016), esse processo de inclusão se deu através da criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-Mudos. Porém, somente após a Proclamação da República, que a educação inclusa e especial passou a se expandir no Brasil, contudo, de forma lenta.

A educação para pessoas com deficiência proporciona dentro do sistema educacional a promoção da capacidade desses indivíduos, onde irão desenvolver sua personalidade, irão participar ativamente da sociedade, se inserido no mercado de trabalho no qual irão atuar de acordo com suas limitações. A educação especial assume papel de grande importância dentro da sociedade, com o objetivo de proporcionara a igualdade para essas pessoas, para que exerçam plena cidadania e tenham acesso à informação e conhecimento (ZANATA e TREVISO, 2016, p.8).

Ou seja, a escola precisa assegurar todos os direitos do deficiente, criando um espaço adequado, currículo próprio, métodos e técnicas, e principalmente, esses alunos que fazem parte da educação especial deverão ser preparados para uma vida social efetiva.

Logo após que a lei de inclusão começou a vigorar, pode ser observado um crescimento nas taxas de alunos incluídos em escolas de ensino regular. Isto porque a Constituição Federal (BRASIL, 1988), mais especificamente no seu art. 208, fala sobre o atendimento educacional para as pessoas com deficiência, preferencialmente

na rede regular de ensino. Na qual é um direito garantido também na Lei de Diretrizes Bases da Educação (BRASIL, 1996) e no Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). É a partir dessas políticas públicas que a escola passa a ter um compromisso do atendimento a o aluno com deficiência e consequentemente sua inclusão (WEIZENMANN et al., 2020).

O ato de incluir um aluno com deficiência em uma escola regular não pode ser visto como um mero ato obrigatório, mas sim como uma prática apoiada em um paradigma educacional voltado à defesa da diversidade e dos direitos humanos, tratando-se, de um processo social complexo que resulta de ações estabelecidas por agentes distintos envolvidos (diretamente ou indiretamente) com o processo de ensino-aprendizagem. O termo inclusão, articula-se os direitos humanos e democráticos, sob influências locais, globais, ideológicas, econômicas, sociais e culturais.

Entretanto, apesar das leis, processo de inclusão escolar ainda hoje não se efetivou, a realidade é diferente, pois não se concretiza de fato a aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades. Porém existem as leis que protegem o portador de deficiência, na qual, eles estão inseridos em um contexto de ensino regular.

3.2 Dificuldades do professor de matemática na inclusão escolar

Quando se fala e pensa em inclusão imediatamente, precisa se pensar na formação do professor, visto que este deve estar preparado para trabalhar com o aluno com deficiência. E a atuação dos professores é uma condição de extrema importância para a educação e para a inclusão de alunos na rede escolar (ESPER et al., 2022).

Cabe aos docentes uma das principais tarefas, que é articular e organizar o currículo adaptando-o, ao conhecimento sobre o aluno e seu modo de aprendizagem. Sousa et al. (2020) revelam que:

Os docentes é quem tomam conhecimento dos progressos na educação, conseguem planejar melhorias e participam do planejamento da vida escolar diária. Também cabe ao educador a tarefa de ensinar e auxiliar a proposta adaptada, sensibilizar e conscientizar a turma sobre a importância de conviver na diversidade. Seu trabalho deverá acontecer de forma cooperativa com o educando especial e os profissionais de suporte, quando necessário.

Os recursos que a adaptação venha a exigir devem ser conquistados junto com o diretor da escola e solicitados para as devidas instâncias.

Ou seja, é fundamental que o professor realize seu trabalho no processo de inclusão para que se tenha sucesso no processo de ensino aprendizagem. De acordo com Fonseca et al. (2018), os educadores precisam estar capacitados para atuar de forma eficiente e competente junto aos alunos, nos vários níveis de ensino. De acordo com seus estudos, percebeu-se que os professores têm dificuldade em proporcionar tarefas que estimulem as relações interpessoais e autonomia. Por exemplo, os professores têm dificuldade em trabalhar com alunos com autismo por não conhecer muito sobre o transtorno, sentindo-se, muitas vezes despreparadas para trabalhar com alunos em condição de inclusão.

Giroto et al. (2019) revelaram que a inclusão é vista, principalmente, como uma medida social muito positiva, embora ainda haja muito desconhecimento por parte dos docentes. Ressalta ainda que existem poucos relatos de como ocorre, de fato, a inclusão escolar e justificaram determinado fato, especialmente, por falta de despreparo e de uma formação precária dos professores.

Um dos fatores primordiais para uma proposta inclusiva em sala de aula é que os professores mudem a visão incapacitante das pessoas com necessidades educacionais especiais para uma visão pautada nas possibilidades, elaborando atividades variadas, dando ênfase no respeito às diferenças e às inteligências múltiplas (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2018, p.5).

Ou seja, para que isso seja possível, o professor precisa se organizar e planejar antes, planejar com detalhes as atividades, isto é, os professores devem estar solícitos as diversidades de cada aluno buscando exercer seu papel de forma justa e solidaria (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2018).

Sendo assim de acordo Silva e Elias (2020), as maiores dificuldades encontradas na prática do professor com alunos de inclusão referem-se às lacunas na formação sobre como lidar com as deficiências e as diferenças, à persistência de uma visão clínica, a problemas na organização escolar e à inexistência de redes de apoio. Diante disso, é de fundamental importância que as habilidades sociais do professor durante o ensino. Visto que capacitar professores em habilidades sociais pode ser uma forma de contribuir significativamente para a inclusão de alunos com deficiência no contexto educacional.

A formação continuada dos professores tem se caracterizada como uma possibilidade de pensar as demandas escolares e os processos de escolarização dos

sujeitos que também são público-alvo da educação especial. A formação continuada deve ter como foco as diferentes situações que constituem o ato educativo, a análise das práticas docentes e a criação de espaços para a reflexão coletiva, esforçando-se, sempre, para criar na escola a crença de que é possível pensar soluções para as questões que se tornem real (MIRANDA e GALVÃO, 2018).

A formação dos profissionais da educação caracteriza-se como elemento essencial para a efetivação de uma escola inclusiva, dentro dos princípios que a norteiam hoje como política de educação. Esta nova realidade escolar requer professores especialistas que saibam como atuar com os alunos com necessidades educativas especiais, mas também os professores do ensino regular necessitam saber como intervir face às diferenças entre os alunos atendidos, para que transformações no sistema de ensino venham beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas limitações (NÁPOLIS, 2017, p.3).

É preciso de certa forma de certa urgência que professores e também os gestores escolares tenham uma formação específica e busquem articulação de serviços de apoio para que possam pensar em ótimas estratégias voltadas para uma escola inclusiva, que precisa incidir no planejamento e execução de diferentes propostas e encaminhamentos para o ensino aprendizagem, de maneira a superar as formas veladas, sutis e explícitas de exclusão acentuada pela desigualdade (NÁPOLIS, 2017).

Ou seja, o professor do ensino básico precisa estar convencido da necessidade de mudar as condições de ensino, especialmente aquelas relacionadas à sua atuação, considerando tanto os limites e como as dificuldades desse processo. Por fim, Poker et al. (2017) revela que, a formação do professor é estabelecida como um elemento essencial capaz de viabilizar a implementação de uma escola que se pauta na equidade, no trabalho colaborativo, na solidariedade, na interdisciplinaridade, na criatividade e no uso de recursos, estratégias e metodologias diversificadas.

A presença do profissional de apoio no ambiente escolar brasileiro é um fato recente e acredita-se que, por esse motivo, ao buscar na literatura pesquisas que abordassem essa temática, nos deparamos com um número reduzido de publicações científicas referentes ao desenvolvimento do trabalho desse profissional. Nos documentos da Política Nacional de Educação Especial de Perspectiva Inclusiva, verifica-se que o tema profissional de apoio é abordado de maneira bastante breve.

A Resolução CNE/CEB nº 2/01, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, anuncia, em sua redação, um serviço de apoio pedagógico especializado realizado na sala comum mediante:

atuação colaborativa de professor especializado em Educação Especial; atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis; atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente; disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação (Brasil, 2001, p. 2).

Sendo assim, pode-se interpretar que essa resolução aponta a presença de um profissional para apoiar o professor da sala comum no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos da Educação Especial. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (2008) aponta que:

cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (Brasil, p. 17, grifo nosso).

Finalmente, a Lei nº 13.146/15, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), traz em seu Cap. I, Art. 3º inciso XIII a seguinte definição:

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (Brasil, 2015, p. 23, grifo nosso).

Percebe-se que a lei mencionada atribui ao Poder Público a responsabilidade de assegurar a oferta do profissional de apoio escolar, conforme disposto no Art. 28. Sendo assim, nota-se que a referida lei ratifica que o profissional de apoio deve auxiliar os alunos da modalidade Educação Especial nas atividades de alimentação, higiene e locomoção.

Diante do exposto nesta seção, percebe-se que, a partir da publicação da Pneepe em 2008, o campo de atuação do profissional de apoio se restringe à atenção aos cuidados pessoais dos alunos da Educação Especial matriculados nas escolas

comuns, questão que foi reforçada nos seguintes documentos: Nota Técnica nº 19/10, Nota Técnica nº 24/13 e Lei nº 13.146/15

Porém, diante dessa relação a formação do professor e à promoção de suas habilidades sociais educativas, entende-se que há ainda um longo caminho a percorrer. Por fim, é preciso que o professor esteja preparado para receber o aluno com deficiência dentro da sala de aula em ambiente escolar, com conhecimento específico para a efetivação da comunicação entre eles. Bem como deve estar atento à necessidade de elaborar vários tipos de estratégias pedagógicas que possam atender às especificidades de cada aluno em seu processo de aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é possível entender que o desenvolvimento desta pesquisa foi de grande relevância, em razão de possibilitar refletir sobre a proposta da política nacional que prevê a oferta de profissionais de apoio para atuar na sala de aula comum. Esse apoio, focado principalmente nos cuidados pessoais e não necessariamente nas atividades pedagógicas, revela-se como um tema atual e desafiador, que demanda maior aprofundamento e discussão. Contudo, é essencial reconhecer que a disponibilização de profissionais de apoio representa uma estratégia fundamental para a consolidação do processo de inclusão escolar, especialmente ao garantir que alunos com deficiência física, com comprometimentos motores severos, tenham condições de acesso, permanência e participação na escola regular.

Entende-se que é responsabilidade da escola buscar alternativas que atendam à aprendizagem de alunos com deficiência e transtornos relacionados, garantindo que o aprendizado seja significativo para todos. Para isso, torna-se necessário realizar adaptações e ajustes tanto nas atividades propostas quanto nas metodologias de ensino utilizadas.

Reflete-se, ainda, que os professores podem e devem buscar diferentes estratégias para atender estudantes que demandem um acompanhamento especializado, considerando que é um direito desses alunos ter acesso a uma educação de qualidade e com significado. Nesse sentido, a aplicação de adequações curriculares deve ser planejada em conjunto com o corpo docente da instituição e envolver reuniões que promovam o diálogo e a construção de práticas inclusivas.

Além disso, a participação da família é indispensável para o desenvolvimento dos alunos, especialmente daqueles com deficiência. Conclui-se que o apoio e o envolvimento familiar no ambiente escolar são fundamentais, oferecendo ao estudante um suporte que contribua para sua aprendizagem e inclusão efetiva.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L.C. Pessoa com deficiência: inclusão e acessibilidade na sociedade contemporânea. **LEGIS**. RIO DE JANEIRO. V. 12 N. 1 P. 33-00 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, 5 de outubro de 1988

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília: Coordenação Geral, 2013.

BUENO, José. **Educação Especial brasileira**: questões conceituais e de atualidade. São Paulo: Educ, 2011

CONCEIÇÃO, C.; CARLOS, D.; PEREIRA, L. **A INCLUSÃO ESCOLAR DE DEFICIENTES VISUAIS: OS DESAFIOS DOS DOCENTES**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.minerva.edu.py/archivo/12/8/Artigo%20C%C3%A9lia%20Conceicao2.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2024.

D5296. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 1 dez. 2024.

ESPER, M. V. et al. Atuação do Professor de Educação Especial no Cenário da Pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, 1 jan. 2022.

L13146. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 nov. 2024.

Ministério da Educação. *Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão*. Brasília: MEC/Seesp, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 10 de Agosto 2024.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Atendimento Educacional Especializado: deficiência física*. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aeedf.pdf>. Acesso em: 24 jul. 24

MIRANDA, T.G; GALVÃO, T.A. **O professor e a educação inclusiva**. EDUFBA. 2018.

NÁPOLIS, S.M. **A formação docente num contexto de inclusão**. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_stella_maris_napolis.pdf. Acesso em 23-jul-2024.

OLIVEIRA, F.R; ARAÚJO, M.D.B. O papel do professor na educação inclusiva. **ANais... CONEDU - VI Congresso Nacional de Educação**. 2018.

PEREIRA. Silvana Mara. *Deficiência Física*. Indaial: Grupo Uniasselvi, 2009.

POKER, R.B.; VALENTIM, F.O. D.; GARLA, I.A. Inclusão escolar e formação inicial de professores: a percepção de alunos egressos de um curso de Pedagogia, **Revista Eletrônica de Educação**, v.11, n.3, p.876-889, 2017. ISSN 1982-7199. DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271992016>

Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SILVA, E.F; ELIAS, L.C.S. Habilidades sociais de Pais, Professores e alunos com deficiência intelectual em inclusão escolar. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.26, n.4, p.605-622, out.-dez., 2020.

SOUSA, M.V; SILVA, I.R; SILVA, R.S. Inclusão escolar de crianças com síndrome de down na educação infantil. **Revista Amor Mundi | Santo Ângelo | v. 1 | n. 3 | p. 35-46 | dez. 2020**.

SILVA; SIQUEIRA, C.; NEGREIROS, F. Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: A Atuação Junto aos Professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 427–440, jul. 2018.

TERESA, M.; MANTOAN, E. **INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer?** [s.l.: s.n.]. Disponível em:
<<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>>.

Vista do Representações do professor generalista acerca do papel do professor especialista: análise da produção científica em educação especial no período de 2008 a 2015. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24254/pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2024.

WEIZENMANN; L.S; PEZZI, F.A.S; ZANON, R.B. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**. 2020, v. 24.

ZANATA, C; TREVISO, V.C. Inclusão escolar: conquistas e desafios. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 3 (1): 15-30, 2016.

ESPER, M. V. et al. Atuação do Professor de Educação Especial no Cenário da Pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, 1 jan. 2022.